

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembleia

ANO LXIX

FLORIANÓPOLIS, 26 DE OUTUBRO DE 2020

NÚMERO 7.731

MESA

Julio Garcia
PRESIDENTE

Mauro de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Minotto
2º VICE-PRESIDENTE

Laércio Schuster
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Altair Silva
3º SECRETÁRIO

Nilso Berlanda
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Paulinha

Vice-Líder: Coronel Mocellin

PARTIDOS POLÍTICOS (Lideranças)

MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Luiz Fernando Vampiro

PARTIDO SOCIAL LIBERAL

Líder: Sargento Lima

PARTIDO LIBERAL

Líder: Ivan Naatz

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Milton Hobus

Vice-Líder: Marcos Vieira

Lideranças dos Partidos

que compõem o Bloco:

PSD PDT

Kennedy Nunes Paulinha

PSDB PSC

Marcos Vieira Jair Miotto

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Fabiano da Luz

PARTIDO NOVO

Líder: Bruno Souza

BLOCO PARLAMENTAR

Líder: Nazareno Martins

Vice-Líder: José Milton Scheffer

Lideranças dos Partidos

que compõem o Bloco:

PP PSB

João Amin Nazareno Martins

REPUBLICANOS

Sergio Motta

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Ivan Naatz - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Paulinha
Fabiano da Luz
Luiz Fernando Vampiro
João Amin
Ana Campagnolo
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Volnei Weber - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Ivan Naatz
Nazareno Martins
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Romildo Titon
Ricardo Alba

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Felipe Estevão - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Neodi Saretta
Volnei Weber
Luiz Fernando Vampiro
Nazareno Martins

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Paulinha - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Moacir Sopelsa
Volnei Weber
João Amin
Nazareno Martins
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Valdir Cobalchini
Fernando Krelling
Jessé Lopes

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jair Miotto
Ada De Luca
Ivan Naatz
Felipe Estevão

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fernando Krelling
Jerry Comper
Bruno Souza
José Milton Scheffer
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

José Milton Scheffer - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Marcos Vieira
Neodi Saretta
Volnei Weber
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente
Luiz Fernando Vampiro - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Bruno Souza
Felipe Estevão

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ivan Naatz - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Jair Miotto
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Marcius Machado

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ada De Luca - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Milton Hobus
Moacir Sopelsa
Bruno Souza
Jessé Lopes

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO

Ricardo Alba - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Dr. Vicente Caropreso
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Sergio Motta

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Milton Hobus - Presidente
Coronel Mocellin - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Fabiano da Luz
Jerry Comper
Volnei Weber
Nazareno Martins

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fabiano da Luz
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
Bruno Souza

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Paulinha
Fernando Krelling
Nazareno Martins
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Marcius Machado - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Jair Miotto
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
Romildo Titon
Bruno Souza

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Ismael dos Santos
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
José Milton Scheffer
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Sergio Motta - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Jair Miotto
Paulinha
Romildo Titon
Jessé Lopes

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Fernando Krelling - Vice-Presidente
Jair Miotto
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Sergio Motta
Sargento Lima

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Jerry Comper - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
João Amin
Ricardo Alba

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela editoração, diagramação e por tornar público os atos da Assembleia Legislativa.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIX NESTA EDIÇÃO: 12 PÁGINAS</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 026ª Sessão Extraordinária realizada em 06/10/2020 2 Ata da 075ª Sessão Ordinária realizada em 07/10/2020 3</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissão Permanente 7 Extratos 9 Projetos de Lei 10 Tribunal Especial de Julgamento 12</p>
---	--	---

P L E N Á R I O

ATA DA 026ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 2020 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 17h30, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Carlos Humberto - Cesar Valduga - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Romildo Titon - Sargento Lima - Sergio Motta - Valdir Cocalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Mauro de Nadal
DEPUTADO MAURO DE NADAL
(Presidente) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declara aberta a presente sessão extraordinária.

Ordem do Dia

Dá continuidade à pauta da Ordem do Dia. Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0018/2020.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0651/2020, de autoria do Deputado Sargento Lima,

solicitando ao Secretário de Estado da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural e ao Secretário de Estado da Administração, informações acerca de Geradores anti-granizo pertencentes ao Governo do Estado na Região de Caçador.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0652/2020, de autoria da Deputada Ada De Luca, solicitando ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca do convênio com o Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos de Laguna para a manutenção dos dez leitos de UTI ativos recentemente.

Em discussão.

Discute a presente matéria a sra. Deputada Ada De Luca.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0653/2020, de autoria da Deputada Ada De Luca, solicitando ao Secretário de Estado da Educação, informações acerca do Concurso de Ingresso ao Magistério realizado no ano de 2017.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0464/2020, de autoria do Deputado José Milton Scheffer, cumprimentando a Diretora-Presidente da Epagri, pela comemoração dos 45 anos de prestação de serviços do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0465/2020, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, cumprimentando a Coordenadora Técnica da Unidade do Núcleo Desenvolver, pelos 22 anos de dedicação em prol da pessoa com deficiência.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s.: 1380/2020 e 1381/2020, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark; 1382/2020, 1383/2020 e 1384/2020, de autoria do Deputado Jair Miotto; 1385/2020, de autoria

do Deputado Valdir Cobalchini; e 1386/2020, de autoria do Deputado Carlos Humberto.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 1933/2020, 1934/2020 e 1935/2020, de autoria do Deputado Laércio

Schuster; 1936/2020, de autoria do Deputado Carlos Humberto; 1937/2020, de autoria do Deputado Ismael dos Santos; e 1938/2020, de autoria do Deputado Marcos Vieira.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos em Explicação Pessoal.

A Presidência antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores)

[Transcrição: Taquígrafa Ana Maria] [Revisão: Taquígrafa Sara]

ATA DA 075ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2020

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Carlos Humberto - Cesar Valduga - Coronel Mocellin - Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Romildo Titon - Sargento Lima - Sergio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Julio Garcia

Deputado Mauro de Nadal

DEPUTADO MAURO DE NADAL

(Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura das atas das sessões anteriores para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores Deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO DOUTOR VICENTE

CAROPRESO (Orador) - A partir de um vídeo divulgado ontem pelo Deputado Ivan Naatz, faz um posicionamento sobre o processo de licitação iniciado pelo Estado, no valor de R\$30 milhões, para prover as escolas estaduais de instrumentos musicais e incentivar a prática da música em ambientes escolares.

Ressalta que ele mesmo, pensando nesse tema da musicalidade, propôs e aconteceu, dias atrás, incentivado por associações de bandas musicais de Santa Catarina, um encontro virtual com o Secretário da Educação Natalino Uggioni e associações de bandas e fanfarras. Nesse encontro, foi apresentada a proposta de se criar um curso técnico de Regência Musical no 2º grau da rede pública estadual.

Menciona que, na ocasião, foi exposta uma proposta e a grade curricular com detalhes do projeto, com carga horária definida e demais particularidades, ao Secretário de Educação e também ao corpo técnico dessa secretaria. Para o próximo ano, a Secretaria da Educação elaborou uma lista de vários instrumentos musicais, que serão distribuídos a várias escolas, para que possam desempenhar atividades relacionadas à musicalidade e até profissionalizar alunos catarinenses em relação à música.

Relata que estão previstos vários módulos de ensino musical, nas escolas catarinenses estaduais, respeitando o que cada uma tiver de potencial, com os instrumentos pertinentes. Há mais de dez anos, não eram oferecidos instrumentos musicais nas

escolas, e ainda mais de uma maneira generalizada, sem exceções, para que todos os pontos do Estado pudessem oferecer a musicalidade. Portanto, uma política de Estado perene, com raízes.

Destaca que há a possibilidade, também, de um curso técnico de regência e para isso foram aventadas duas possibilidades: Curso Técnico em Pós-Graduação e Formação Musical durante o próprio ensino médio. Esse será o debate, daqui para frente com músicos, regentes, maestros, os técnicos da Secretaria de Estado da Educação, colocando o nosso Estado na vanguarda desse tipo de iniciativa.

Aborda que, por enquanto, dependeriam dos ACTs das escolas, mas com a possibilidade da formação futura desses técnicos, poder-se-ia ter em vista concursos públicos para manter os regentes fixos nas escolas estaduais, fora a vantagem de abertura de um imenso mercado de trabalho para esses alunos. Espera que esse avanço do Governo e a reunião que promoveu não tenham sido em vão, pois é construindo e pensando para frente que se edifica um Estado forte.

Cita Blumenau, com a maior concentração de bandas típicas de Santa Catarina, com suas programações em fins de semana e, também, na região norte e no Vale do Itajaí. Ressalta que as igrejas precisam de muitos músicos, assim como os bares noturnos e clubes; as famílias, inclusive, precisam de mais arte, de música, para embelezar os seus dias.

Comenta que o investimento na Educação não pode ser considerado um gasto inútil, em música, a cessão de instrumentos para escolas e não para pessoas não pode ser considerada compra de votos. Afirma que, investir em arte e cultura, ao que parece, nesses tempos sombrios que se vive, há uma certa criminalização da arte. Na sua visão, não há certeza do que acontecerá no pós-pandemia, mas se ficar sentado à espera desse dia, talvez se perca boas oportunidades de dar um salto para o futuro, oferecendo oportunidades para nossos jovens.

Parabeniza o Governo do Estado, através do Secretário Natalino Uggioni, pela preocupação com a formação de regentes, e a Abafavi, que é a Associação das Bandas e Fanfarras, que mostraram uma preocupação com outros setores da vida. E, novamente, parabeniza o Governo por sua posição impar no controle da pandemia. Parabeniza todos que curtem a musicalidade. [Taquígrafa: Eliana]

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Concede a palavra aos srs. Deputados: Kennedy Nunes e Ivan Naatz.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Reporta-se ao discurso do Deputado Dr. Vicente Caropreso, mencionando que é músico e toca harpa. Também, defende a musicalidade como

uma terapia. E, em relação ao valor da compra dos instrumentos que está sendo feita pelo Governo, menciona que não é o momento, e depois fala sobre a fonte de onde será tirado o dinheiro, que é do Fundeb, afirmando que da referida fonte não se pode comprar equipamentos musicais. Diz, que, inclusive, tal fato pode levar a questionamento por improbidade administrativa.

DEPUTADO IVAN NAATZ - Comenta sobre sua manifestação, realizada na data anterior, a respeito da compra dos instrumentos musicais. Ressalta que o Estado está passando por um momento difícil, e diz que o Secretário de Estado da Fazenda mencionou a incerteza sobre a folha de pagamento dos servidores em dezembro. Por isso, entende que o valor da compra não condiz com o momento, bem como ressalta a questão da fonte para acompanhar o raciocínio do Deputado Kennedy Nunes. [Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (Orador) - Registra o catálogo com propostas para garantir segurança e eficiência do eixo litorâneo catarinense da BR-101, uma iniciativa do grupo de trabalho chamado 'BR-101 do Futuro'. O relatório mostra a importância desse eixo rodoviário e coloca, também, as precariedades que existem em níveis de serviços apresentados, e buscando segurança e fluidez.

Afirma que lhe chamou a atenção, no relatório, a questão do contorno de Florianópolis, que não está previsto no plano de exploração rodoviária da concessionária e que continua sendo discutido na ANTT, e também menciona que esse documento busca, de forma estratégica, colocar a questão da competitividade, do desenvolvimento econômico do Estado de Santa Catarina. Parabeniza a Fiesc, através do Grupo BR-101 do Futuro, por essa reportagem sobre o eixo litorâneo da BR-101.

Apresentando vídeo para elucidar seus argumentos sobre a SC-108, que liga Joinville ao vale do Itajaí, uma alternativa cortando os municípios de Guaramirim e Massaranduba, e que se encontra em estado precário, precisando de atenção da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade. Acrescenta que é uma rodovia em que ocorrem muitos acidentes, com um trânsito pesado de caminhões e automóveis.

Diante disso, informa que fez uma indicação ao Governo do Estado, no sentido de que possa, de forma urgente, dar a manutenção da pavimentação asfáltica da Rodovia SC-108, principalmente entre os quilômetros 32 e 50, que liga toda a região norte ao Vale do Itajaí e, também, sendo muito utilizada por profissionais liberais, representantes comerciais que atuam na

região, ocorrendo acidentes diariamente, por conta da péssima condição de trafegabilidade.

Solicita ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade para que possa tomar providências na manutenção, principalmente, do trecho 32 a 50 da SC-108.

Deputado Doutor Vicente Caropreso (Aparteante) - Informa que está prevista uma licitação, que será lançada entre outubro e novembro, para revitalização total desse trecho, entre Massaranduba e a BR-280, que é atualizado.

Deputado Volnei Weber (Aparteante) - Menciona a Rodovia SC-437, que liga Tubarão a Braço do Norte, São Ludgero, que foi reformada pelo Governo Raimundo Colombo mas, atualmente, se encontra bastante danificada. Cita que foi reivindicada essa manutenção, e pelo Programa Recuperar da Associação de Municípios e Consórcio Multifinalitário, o trabalho já iniciou nesta semana, e muito bem executado. Parabeniza o Governo do Estado, juntamente com o Secretário Vieira, por todo esse empenho e dedicação. Enfatiza que, quando tem que cobrar, tem que cobrar, mas quando o serviço é feito, tem que reconhecer esse trabalho. [Taquigrafia: Eliana]

DEPUTADO JESSÉ LOPES (Orador) - Informa que, na presente data, será votada moção de sua autoria que aplaude ação policial por ato de bravura no Município de Itapema. Destaca que, na oportunidade, três policiais salvaram a vida de um bebê de um mês de idade, devido a um afogamento por vômito. Procede à apresentação de vídeo para ilustrar sua fala. Vibra com a ação dos policiais, pois algumas pessoas acham que o policial é só para prender bandido. Elogia os policiais, pedindo à população que os valorize mais, em vez de só criticar.

Encerra, parabenizando os policiais Soldados Saulo Salustiano Ramos Neto, Maicon Abelardo Silva, José Rodrigo Esquibel de Werk, e estende também seus cumprimentos ao Tenente-Coronel Daniel Nunes. [Taquigrafia: Ana Maria]

DEPUTADO CARLOS HUMBERTO (Orador) - Informa que esteve na sede da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, a convite do Presidente, sr. Mario Cezar de Aguiar, e que o mesmo fez solicitações, entregando a proposta para inserção de Santa Catarina no contexto logístico nacional. Diz que quase 30% do PIB do Estado são alicerçados na indústria, e que é o maior do Brasil e, também, é considerado o principal exportador de suínos, de madeira, cerâmica e papel.

Comenta sobre a BR-101, já citada pelo Deputado Ismael, afirmando que a indústria catarinense sofre com a falta de investimento na logística e na mobilidade. Destaca que a Fiesc, há anos, faz essa reivindicação a nível federal e estadual, na malha logística catarinense, com um documento muito bem elaborado que está nas mãos do ministro Tarcísio. Lamenta que Santa Catarina tenha ficado longe dos planos de investimento para o futuro da logística do Estado.

Afirma que o plano, que lhe foi entregue pelo Presidente da Federação, é muito bem feito e traz todos os investimentos necessários para tornar a BR-101 um eixo rodoviário de classificação melhor, porque hoje está num nível E, que é o segundo pior nível das rodovias federais. Ressalta o aumento do tráfego na alta temporada.

Conclui, defendendo alternativas para aliviar o tráfego na BR-101, citando que algumas rodovias estaduais têm baixos

investimentos, registrando e discorrendo sobre a ligação entre a cidade de Vidal Ramos a Botuverá. [Taquigrafia: Ana Maria]

DEPUTADA PAULINHA (Oradora) - Informa que recebeu uma manifestação da Associação de Bandas e Fanfarras da região do Vale do Itajaí sobre a contestação dos Deputados Ivan Naatz e Jessé Lopes a respeito de um processo de compra, na ordem de R\$ 30 milhões, patrocinado pela Secretaria de Estado de Educação, de instrumentos para alunos de escolas estaduais.

Argumenta que a formação de um jovem precisa ter solidez, e acrescenta que, enquanto prefeita, proveu a ampliação efetiva do acesso à cultura para mais de mil jovens. Deixa claro que tais projetos para a educação não diminuem a necessidade de efetuar as reformas físicas nas escolas, e manutenções nas infraestruturas, que é o primeiro atendimento que o Estado deve ofertar.

Explica ao Deputado Jessé Lopes que não existe irregularidade na origem dos recursos do Fundeb, e reforça a importância do efetivo acesso à cultura, e o fortalecimento geral da educação pública no país. Acrescenta que os recursos foram discutidos e projetados desde o início do exercício do atual Governo do Estado, com previsão de inserir nas escolas em 2021, e frisa a importância do projeto para as crianças e os jovens do Estado.

Antes de encerrar, a Deputada destaca visita na região oeste, elogiando os cidadãos com quem interagiu, e comenta que essas pessoas opinam contra o impeachment do Governador Carlos Moisés e temem por uma instabilidade entre os Poderes Executivo e Legislativo. E pede cautela nos próximos passos do Parlamento em relação ao impeachment. [Taquigrafia: Northon]

Partidos Políticos

Partido: PSL

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Inicia seu pronunciamento, contando uma história do Rei Salomão para fazer analogia com a votação, na sessão do dia anterior, a respeito da Iresa - Indenização por Regime Especial de Serviço Ativo dos Funcionários da Segurança Pública. Critica as instituições que solicitaram uma votação separada para os praças, e comemora que esta solicitação não foi atendida.

Lê um comunicado de sua autoria, que informa a importância de todas as representatividades das diferentes classes na conservação e manutenção de direitos trabalhistas e representativos. Anuncia sua demissão da Diretoria da Associação dos Praças de Santa Catarina - Aprasc, e sua desfiliação como associado. Explica que sua decisão foi baseada no fato da Aprasc que, em transmissão na rede social, abriu espaços para candidatos a vice-prefeitos de São José. E comenta que um dos postulantes é filiado ao PSol, sigla que defende pautas que divergem totalmente dos princípios políticos e morais do Deputado. [Taquigrafia: Northon]

Partido: PT

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) - Faz registro em relação ao Outubro Rosa, mês em que o mundo chama a atenção para a necessidade de prevenção ao câncer de mama. Diz que o debate sobre o tema é um assunto de toda a sociedade brasileira e salienta a importância do diagnóstico precoce, pois nesses casos as chances de cura são de praticamente 100%.

Cita que, segundo estimativas do Instituto Nacional de Câncer, serão 3.370 casos novos da doença em Santa Catarina no ano de

2020. Destaca a necessidade de que sejam feitos exames anuais como forma de prevenção. Lamenta que, no orçamento do ano que vem, não esteja contemplado, no mínimo, os 15% dos recursos do Estado destinados à saúde.

Discorre, também, sobre a saúde psicológica dos familiares que aguardam a liberação de falecidos no IML, em especial no município de Concórdia. Diz que a questão de falta de médicos no IML se prolonga por anos e parece não ter fim, mesmo após diversas solicitações.

Conclui, fazendo apelo para que a Secretaria da Saúde resolva a questão do IML, em nome das famílias das vítimas, que passam por horas de extrema angústia até o corpo ser liberado. [Taquigrafia: Roberto]

Partido: NOVO

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) - Discorre sobre projeto de lei de sua autoria que regulamenta a educação familiar, e que tramita na Assembleia Legislativa desde o dia 25 de fevereiro de 2019.

Faz apelo a todos os Parlamentares para que votem pela aprovação do projeto em prol da sociedade catarinense. Expõe a realidade de mil famílias, que estão sofrendo e sendo ameaçadas pelo Estado de perder a guarda dos filhos, pois não existe uma lei sobre educação domiciliar.

Diz que estudou muito sobre a pauta e está à disposição para tirar dúvidas ou qualquer receio de seus Colegas, pedindo atenção especial dos Deputados que compõem as Comissões de Educação, e dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Manifesta-se a favor do debate nas eleições municipais de 2020 em Florianópolis. Conta que, inicialmente, nenhuma das emissoras de televisão irá transmitir debates e salienta a importância dessa ferramenta para discutir as pautas da cidade, fugir da bolha das redes sociais e apresentar os candidatos ao grande público. [Taquigrafia: Roberto]

Partido: PSD

DEPUTADA MARLENE FENGLER (Oradora) - Comenta sobre a fala do Deputado Bruno Souza em concordância com as famílias educadoras.

Lembra que, como professora, tem acompanhado a fala do Deputado sobre este assunto e diz que no início teve um pouco de dificuldade de apoiar a pauta, mas agora acredita que as pessoas têm o direito e liberdade de escolher a forma de educar seus filhos.

Discorre sobre o assunto e reforça que as diversas maneiras de se expressar e pensar devem ser respeitadas. Ressalta que a pandemia mostrou a importância do convívio, que considera importante para a formação do ser humano, para a formação do cidadão, sendo que o convívio é imprescindível para que as crianças entendam que é preciso respeitar o diferente, o espaço dos outros, convivendo com opiniões contrárias, e isso se aprende desde pequeno na escola.

Finaliza, dizendo que apoiará o Projeto do Deputado Bruno Souza, e pede aos demais Parlamentares que também apoiem, em nome dessa liberdade que as pessoas devem ter de defender aquilo que acreditam, dentro da lei e critérios estabelecidos.

Mostra-se favorável ao debate no Município de Florianópolis para a candidatura da prefeitura e questiona o porquê das empresas de comunicação não o fazerem, já que o debate beneficia a democracia. [Taquigrafia: Guilherme]

Partido: MDB

DEPUTADO VOLNEI WEBER (Orador) - Fala sobre os acontecimentos e

descontentamentos vivenciados quando se fala do INSS. Comenta sobre o funcionamento da instituição e questiona a paralisação dos médicos peritos, o que chama de descaço, pois no momento difícil que estamos passando, o trabalhador desamparado não consegue buscar os seus benefícios legais.

Questiona o argumento usado pelos peritos de estarem com medo de se contaminar no seu ambiente de trabalho. Indaga onde eles buscam o seu alimento, já que parece não estarem preocupados em se contaminar no caixa de supermercado. Pede à classe que tenha comprometimento com seu trabalho, já que várias outras categorias não paralisaram, e diz que tal situação é uma grande vergonha.

Aborda o tema Outubro Rosa, lembrando a importância do assunto, e lê um artigo sobre a Sociedade Brasileira de Mastologia, reforçando que o câncer de mama tem grandes chances de cura se diagnosticado precocemente.

Deputado Bruno Souza (Apareante) - Parabeniza pelo tema e sensibilidade, comenta sobre uma reportagem que assistiu onde uma cidadã, com sua filha deficiente, andou cerca de 80 km para a consulta agendada, e ao chegar à agência do INSS o perito não estava, e sua consulta foi cancelada.

Deputada Marlene Fengler (Apareante) - Comenta que assistiu várias entrevistas e queixas dos trabalhadores sobre a paralisação dos peritos, e fala que vários destes profissionais também trabalham na iniciativa privada, só que lá eles não faltam, e pergunta o porquê. [Taquigrafia: Guilherme]

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Na sequência, teremos o ato de posse da Deputada Dirce Heiderscheidt, que será presidido pelo Presidente Julio Garcia.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Senhoras Deputadas, senhores Deputados, Deputado Mauro de Nadal, vice-Presidente. A Presidência dá ciência dos atos, a seguir, que culminam com a posse da Deputada Dirce Heiderscheidt.

(Passa a ler.)

“ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 027-DL, de 2020.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições.

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Fernando Krelling, pelo período de 60(sessenta) dias, a contar de 7 de outubro do corrente ano, para tratar de interesse particular. PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 7 de outubro de 2020.”

Em decorrência deste ato, a Presidência dá ciência ao Plenário do ATO DA MESA Nº 016-DL, de 2020.

(Continua lendo.)

“A MESA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA a cidadã Dirce Aparecida Heiderscheidt, 1ª Suplente da coligação MDB/PSDB, para ocupar cadeira de Deputada neste Poder, em decorrência do afastamento do Deputado Fernando Krelling, para tratar de interesse particular.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 7 de outubro de 2020.”

Realizado o registro, o sr. Presidente convida a Deputada Dirce Heiderscheidt para prestar o juramento.

Comparece à tribuna a senhora Deputada Dirce Heiderscheidt e presta o seguinte juramento:

“PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DO BRASIL E A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, E OBSERVAR AS LEIS, DESEMPENHANDO LEAL E SINCERAMENTE O MANDATO QUE ME FOI OUTORGADO PELO POVO CATARINENSE.”

(Palmas)

DEPUTADO JULIO GARCIA (PRESIDENTE) - Convida a Deputada Dirce Heiderscheidt para assinar o Termo de Posse e Compromisso.

(Procede-se à assinatura do Termo de Posse e Compromisso.)

Declara empossada a Deputada Dirce Aparecida Heiderscheidt, a quem concede a palavra por até dez minutos.

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT (Oradora) - Sr. Presidente, Deputado Julio Garcia; (Passa a ler)

“Prezados colegas, a todos os que nos acompanham, quero manifestar a minha gratidão por viver esse momento, esse dia.

Manifestar a satisfação de retornar a esse Plenário como Deputada estadual, e agradecer aos 32.332 votos qualificados de cidadãos catarinenses que acreditam em mim.

Quero manifestar a minha gratidão a todos que me apoiaram em minha campanha, não foram poucas pessoas, e todos têm um lugar especial na minha memória.

Agradecer à família, que acredita na esposa, na mãe e avó que gosta de fazer política. Quero agradecer de modo especial ao Deputado Fernando Krelling e à Bancada do MDB, Deputado Mauro de Nadal, pela oportunidade.

Gratidão ao generoso tratamento sempre dispensado nessa Casa, pelo Presidente Julio Garcia e a todos os demais Colegas, que sempre me atenderam com especial deferência e cordialidade.

É um período determinado, em princípio, mas servirá para que eu continue minha jornada, com especial atenção à área social. Um momento especial em que muitas mulheres buscam o espaço na política, nas eleições municipais, Deputada Marlene Fengler.

Nessa breve manifestação, nesse retorno a essa Casa na condição de Deputada Estadual, faço referência à encíclica divulgada no último domingo pelo Papa Francisco. Ele fez vários comentários sobre a necessidade de se praticar política de inclusão social, e em um momento citou o poeta e compositor, diplomata brasileiro, Vinicius de Moraes, fazendo referência à canção ‘Samba da Benção’, que diz: ‘A vida é a arte do encontro, embora haja tanto desencontro na vida’.

Ele fez uso dessa frase no contexto de incentivo a uma cultura do encontro, em que todos podem aprender algo e na qual ninguém é inútil. Segundo o Papa, isto implica incluir as periferias. Quem vive nelas tem outro ponto de vista, vê aspectos da realidade que não se descobrem a partir dos centros de poder onde se tomam decisões mais determinantes.’

Eu aproveitei a motivação para dizer que, nesse período em que estive fora da Assembleia, trabalhei muito para motivar mulheres do meu partido, o MDB, a participarem da política, apresentando-se como candidatas no pleito municipal que se aproxima, na condição de presidente estadual e vice-presidente nacional do MDB Mulher.

E aqui, em nosso Parlamento Estadual, aproveitei para manifestar a especial satisfação de voltar a conviver com todos os Colegas, mas de maneira especial com as Colegas Ada De Luca e Luciane Carminatti, e pela primeira vez na condição de Deputada com a Ana Carolina, a Marlene Fengler e a Paulinha.

Falei somente os nomes de vocês para destacar nesta Casa a presença feminina.

Lembro que é a primeira vez na história da Assembleia Legislativa que seis mulheres têm espaço, nesse Plenário, como Deputadas ao mesmo tempo. Esse é um encontro especial para as mulheres de Santa Catarina, com um significado diferenciado, num tempo de tantos desencontros criados pela pandemia que enfrentamos.

Muito obrigado por essa oportunidade! Fé e crença numa sociedade mais inclusiva para as mulheres. Muito obrigada, senhor Presidente.”

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - “Deputada Dirce Heiderscheidt, em nome do Parlamento catarinense, quero dizer a v.exa. que esse Parlamento fica engrandecido com a presença de v.exa. em nosso meio.

Disse bem v.exa., hoje somos, aqui, acompanhados por seis mulheres, a partir desse momento, a Ana Campagnolo, a Deputada Luciane Carminatti, a Deputada Marlene Fengler, a Deputada Ada De Luca e a Deputada Paulinha. E não tenho dúvida, tenho dito sempre, que a presença da mulher na política tem apenas uma diferença, porque todos nós lutamos, e as mulheres, de modo especial, lutam pela igualdade. Mas a diferença entre a mulher e o homem, de modo especial na política, é a sensibilidade. É da natureza da mulher ter um pouco mais, ou bastante mais, sensibilidade do que os homens.

Então, a presença de seis mulheres, neste Plenário, para nós é motivo de alegria, engrandecendo-o, e o torno mais sensível e nos ajuda nessa tarefa tão difícil de construir uma sociedade mais humana, mais fraterna, mais respeitosa, mais igual. Então, v.exa. soma-se a esse esforço todo, no sentido de buscarmos o que tanto desejamos para uma sociedade melhor.

Quero cumprimentá-la, desejar boas-vindas e cumprimentar a toda a sua família, em nome da Ana Paula, que está aqui presente; e dizer que como político nós compreendemos o tanto quanto a família nos empresta, e é o caso, para que a gente se doe à causa comum. E parabéns a vocês, que a Deputada já disse que vocês compreendem, parabéns pela compreensão.

Seja muito bem-vinda, sucesso nesses 60 dias e que ele se prorrogue por um longo tempo, se Deus quiser até o final do mandato. Bem-vinda!”

A Presidência concede a palavra aos senhores Deputados:

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Orador) - “Cumprimenta e deseja as boas-vindas à Deputada e que tenha bom retorno ao Parlamento. Cumprimenta a Ana Paula, os seus assessores, que já são de longa data nossos conhecidos aqui no Parlamento catarinense, pelos valorosos trabalhos no mandato passado, quando tive a alegria de estar aqui exercendo a plenitude do mandato juntamente com v.exa. E sou testemunha do quanto vossa sabedoria contribui para engrandecimento do nosso MDB e deste Parlamento, trazendo a força daquela mulher guerreira, sofrida, mas vencedora.

E, além disso, a sensibilidade, como disse o nosso Presidente, que contagiou a todos nós, no momento daqueles quatro anos de legislatura e, com essa sensibilidade v.exa. ensinou muito ao longo do mandato, pela experiência também vivida no comando do Município de Palhoça, junto com o seu esposo, sr. Ronério, o qual o nosso partido tem muita consideração.

Então, seja bem-vinda, tenho certeza mais que absoluta que nessa proximidade nós conseguiremos evoluir

bastante, não só partidariamente, pois estamos vivendo um momento de eleição e v.exa. exerce um trabalho muito valoroso pelo nosso MDB Mulher por todo nosso Estado de Santa Catarina mas, acima de tudo, aqui na nossa bancada, nas atividades e naquele diálogo costumeiro que nós temos na discussão de todas as matérias que são pertinentes à Santa Catarina e aos catarinenses. Nós ficamos muito felizes em nome do nosso MDB pelo seu retorno a esta Casa e, acima de tudo, pela confiança que temos no teu trabalho e na tua amizade. Seja bem-vinda!”

DEPUTADA MARLENE FENGLER - Faz um cumprimento especial para a Deputada Dirce Heiderscheidt, dizendo que é uma alegria estarem juntas, como Deputadas na Casa Legislativa. Sente orgulho por serem seis mulheres, e fala da missão de representar as diversas mulheres, que muitas vão disputar nessas eleições, objetivando contribuir com os municípios nas políticas públicas para melhorar a sociedade catarinense.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Dá as boas-vindas à Deputada Dirce Heiderscheidt em nome do Partido Progressista, discorrendo sobre o trabalho que ela desenvolveu e desenvolve na região. Demonstra certeza de que trará qualidade ao Parlamento por sua forma de se relacionar com as pessoas, e reconhece os valores e princípios que a Deputada sempre defendeu e defende na política, como o de cuidar das pessoas. Menciona que a sua presença traz alegria à Casa Legislativa.

DEPUTADO VOLNEI WEBER - Diz que é um privilégio estar no Parlamento juntamente com a Deputada Dirce Heiderscheidt, e deseja boas-vindas.

Faz o registro do carinho e atenção que a Parlamentar tinha com as pessoas quando no seu mandato anterior, e diz ser prova disso quando era prefeito de uma cidade pequena, afirmando que a Deputada sempre demonstrou ser municipalista, empenhada, determinada a ajudar resolver os problemas dos municípios.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Reporta-se à importância do momento político que se vive atualmente. Menciona que o plantel do Partido MDB tem valorosos companheiros, tanto os efetivos quanto os suplentes, e afirma que o Deputado Fernando Krelling saiu para cumprir uma missão, que é apresentar o seu nome para dar continuidade ao trabalho do Prefeito Udo Döhler, na cidade de Joinville.

Enfatiza que a Deputada Dirce Heiderscheidt, mesmo quando ficou suplente, não parou seus roteiros políticos, dos atendimentos a vereadores e prefeitos, bem como sendo uma voz ativa do MDB Mulher. Comenta que em 2016 ele estava na condição de suplente e, automaticamente, assumiu com a eleição do Prefeito Gean Loureiro, que renunciou o mandato de deputado estadual para assumir a prefeitura, assim, quicã, em 2020 até final de 2021, a Deputada Dirce Heiderscheidt também esteja efetivamente deputada estadual e Fernando Krelling prefeito de Joinville.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Comenta que estava no gabinete, mas fez questão de vir ao Plenário porque a Deputada Dirce Heiderscheidt merece. Menciona que as mulheres fazem um trabalho diferenciado e diz que o mandato anterior foi com firmeza, sem perder a ternura. Expressa gratidão à Deputada pela forma como sempre trabalharam, demonstrando alegria em vê-la novamente na Casa Legislativa. [Taquiografa: Sílvia]

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Devolve a Presidência ao Deputado Mauro de Nadal para dar prosseguimento à sessão.

Ordem do Dia
DEPUTADO MAURO DE NADAL
(Presidente) - Dá início a pauta da Ordem do Dia.

Pedido de Informação n. 0654/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura, informações acerca do andamento do Edital de Licitação para elaboração do projeto de Restauração com aumento da capacidade da SC-161, no trecho de 24 quilômetros de Campo Erê até a divisa com o Paraná, via Palma Sola.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0655/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Administração, informações acerca das medidas fiscalizatórias que estão sendo tomadas pelo Poder Executivo estadual, no sentido de verificar se os beneficiários da indenização pelo uso de veículo próprio estão, de fato, utilizando veículo próprio para fins de deslocamento até seus locais de trabalho, ou se estão trabalhando em sistema Home Office.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0656/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado de Educação, informações acerca da noticiada licitação para compra de materiais musicais com valor total superior a trinta milhões de reais.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0657/2020, de autoria do Deputado Jessé Lopes, solicitando ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca da alegação da SES, em resposta ao Pedido de Informação n. 562/2020, de que houve dois processos licitatórios em que não se obteve êxito, culminando na realização do contrato emergencial com a OZZ Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0658/2020, de autoria do Deputado Jessé Lopes, solicitando ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca da contratualização com a OZZ Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0659/2020, de autoria do Deputado Marcius Machado, solicitando ao Secretário de Estado da Educação, informações acerca da obra do Ginásio de Esportes da Escola Estadual Básica Ilza Amaral de Oliveira.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0466/2020, de autoria do Deputado Jessé Lopes, manifestando aplauso aos Soldados Saulo Salustiano Ramos Neto, Maicom Abelardo Silva e José Rodrigo Esquibel de Werk, pelo ato de bravura, salvando a vida de um lactente de um mês de vida que sofria de parada respiratória.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0467/2020, de autoria do Deputado João Amin, manifestando aplauso ao Doutor Zany Estael Leite Júnior, por sua nomeação para o cargo de Juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0468/2020, de autoria do Deputado Coronel Mocellin, manifestando aplauso ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, pelos seus 94 anos de serviços prestados à população.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0469/2020, de autoria da Deputada Ana Campagnolo, manifestando aplauso aos atletas de hipismo, salto, pelo título de campeão das respectivas categorias, no Campeonato Catarinense de Hipismo 2020.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 1387/2020, de autoria do Deputado Jerry Comper, solicitando ao Presidente da Anatel e ao Diretor da TIM S/A, em Santa Catarina, medidas urgentes no sentido de restabelecer o serviço de telefonia móvel da TIM S/A, bem como a instalação de uma antena repetidora de sinal, na localidade de Braço do Bau, no município de Ilhota.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s.: 1388/2020, de autoria do Deputado Carlos Humberto; 1389/2020, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 1390/2020 e 1391/2020, de autoria do Deputado Laércio Schuster; 1392/2020 e 1393/2020, de autoria do Deputado Jair Miotto.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 1939/2020, 1940/2020, 1941/2020, 1942/2020 e 1943/2020, de autoria do Deputado João Amin; 1944/2020, de autoria do Deputado Milton Hobus; 1945/2020, de autoria do Deputado Laércio Schuster; 1946/2020 e 1947/2020, de autoria do Deputado Marcius Machado.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

Não havendo oradores inscritos em Explicação Pessoal, a Presidência antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores)

[Transcrição e revisão: Taquiografa Sílvia]

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA REALIZADA PELO SISTEMA SDD

Aos vinte e dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte, às dez horas, em cumprimento aos artigos 133 e 135 do Regimento Interno, reuniram-se pelo sistema de videoconferência, sob a Presidência do Senhor Deputado Romildo Titon, os membros da Comissão: Deputado Fabiano da Luz, Deputado Maurício Eskudlark, Deputado Kennedy Nunes, Deputado Ivan Naatz, Deputado João Amin, Deputado Luiz Fernando Vampiro, Deputada Ana Campagnolo e Deputada Paulinha. Havendo quórum regimental, o Presidente iniciou a reunião submetendo à apreciação a Ata da 26ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida, passou a palavra aos membros, obedecendo à ordem de envio das matérias para a pauta. Dando início à Ordem do Dia, o Presidente passou a palavra ao Deputado João Amin que relatou as seguintes matérias: devolução de Vista sem manifestação ao PL./0241.5/2020, de autoria do Deputado Marcos Vieira, que “**Veda a distribuição de valores oriundos da participação nos lucros de sociedades de economia mista e sociedades anônimas do Estado de Santa Catarina, enquanto vigorar a decretação de calamidade pública estadual decorrente da pandemia do novo coronavírus (Covid-19)**”. A matéria permaneceu em vista com o Deputado Fabiano da Luz e a Deputada Paulinha; PL./0097.4/2020, de autoria do Deputado Del. Ulisses Gabriel, que “**Determina como prioritário o tratamento diferenciado nas aquisições públicas catarinenses, para a microempresa e empresas de pequeno porte, durante a vigência de calamidade pública declarada**”. Exarou parecer pela inadmissibilidade da Subemenda Aditiva à Emenda Substitutiva Global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0279.8/2020, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, que “**Acrescenta §§ 1º e 2º ao art. 1º da Lei nº 17.694, de 2019, que “Proíbe a produção de mudas e o plantio da” Spathodea Campanulata, também conhecida como Espatódia, Bisnagueira, Tulipeira-do-Gabão, Xixi-de-Macaco ou Chama-da-Floresta e incentiva a substituição das existentes”, com o escopo de permitir o corte de árvores dessa espécie exótica**”. Requereu diligência por meio da Secretaria de Estado da Casa Civil - SCC com o propósito de trazer aos autos a manifestação do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina - IMA. Posto em discussão e votação o requerimento, foi aprovado por unanimidade; PL./0281.2/2020, de autoria do Deputado Ivan Naatz, que “**Altera o art. 1º da Lei nº 17.938, de 2020, que “Dispõe sobre os prazos de vigência de autorizações e dos licenciamentos ambientais, no âmbito do Estado de Santa Catarina, em decorrência da decretação de calamidade pública pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19)**”. Requereu diligência por meio da Secretaria de Estado da Casa Civil com o propósito de trazer aos autos a manifestação do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina - IMA. Posto em discussão e votação o requerimento, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Deputado Ivan Naatz relatou as seguintes matérias: Devolução de Vista ao PL./0224.4/2020, de autoria do Deputado Altair Silva, que “**Isenta do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) as operações relativas à comercialização de própolis, extrato de própolis e geleia real, enquanto vigorar, em Santa Catarina, a decretação de estado de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19**”. Exarou voto-vista contrário. Por ter precedência, posto em votação o parecer favorável do Relator João Amin, foi aprovado por maioria com voto contrário do Deputado Ivan Naatz; Devolução de Vista ao PL./0095.2/2020, de autoria do Deputado Ricardo Alba, que “Dispõe

sobre a permanência e obrigatoriedade do profissional Fisioterapeuta nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) do Estado de Santa Catarina, adulto, neonatal e pediátrico e adota outras providências”. Exarou voto-vista contrário que, posto em discussão e votação, foi concedido vista em gabinete à Deputada Ana Campagnolo; PL./0002.3/2020, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, que “**Estabelece que nos editais de concessão e/ou permissão da prestação dos serviços públicos de conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação de rodovias estaduais, constará a isenção do pagamento de pedágio às pessoas com doenças graves e degenerativas, transtorno do espectro autista e/ou com deficiência de acordo com o disposto no art. 2º da Lei federal nº 13.146, de 2015, quando em tratamento fora do Município de seu domicílio**”. Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0236.8/2020, de autoria do Deputado Ricardo Alba, que “**Denomina Escola de Ensino Médio Ilse Karsten a unidade da rede estadual de ensino localizada no Bairro Itoupavazinha, no Município de Blumenau**”. Exarou parecer pela admissibilidade que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0245.9/2020, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, que “**Dispõe sobre a divulgação de lista de espera para vagas nas escolas da rede pública de ensino de Santa Catarina**”. Exarou parecer pela admissibilidade que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PLC./0017.5/2020, de autoria do Deputado Altair Silva, que “**Altera a Lei Complementar nº 754, de 2019, que “Institui Programa Estadual de Transporte Escolar para os alunos da educação básica da Rede Pública Estadual de Ensino e estabelecem outras providências”, como objetivo de permitir o pagamento parcial de serviços de transporte escolar da rede pública estadual de ensino, suspensos em virtude do cancelamento das aulas presenciais, em face do estado de calamidade pública decorrente da pandemia provocada pela Covid-19**”. Exarou parecer pela inadmissibilidade que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, a Deputada Ana Campagnolo relatou a seguinte matéria: PL./0227.7/2020, de autoria do Deputado Bruno Souza, que “**Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.136, de 2004, permitindo a autodeclaração para isenção de Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD)**”. Solicitou retirada de pauta, o que foi concedido. Em seguida, o Deputado Kennedy Nunes relatou as seguintes matérias: Devolução de Vista sem manifestação ao PL./0157.0/2020, de autoria do Deputado Ismael dos Santos, que “**Dispõe sobre o dever de as empresas prestadoras de serviços oferecerem ao consumidor a opção de pagamento com cartão de crédito ou débito das faturas e boletos dos contratos ativos, no âmbito do Estado de Santa Catarina**”. Posto em votação o parecer contrário exarado pela relatora, Deputada Ana Campagnolo, foi aprovado por unanimidade; MSV00483/2020/, de autoria do Governador do Estado, que dispõe sobre o “**Veto total ao PL/130/20, de autoria do Deputado Del. Ulisses Gabriel, que suspende os prazos relativos a concursos públicos, enquanto vigorar o Decreto Legislativo nº 18.332, de 2020, que declara situação de calamidade pública no Estado de Santa Catarina**”. Dentro deste projeto foi apensado o PL./0115.0/2020 Dentro deste projeto foi apensado o PL./0121.9/2020. Exarou parecer pela rejeição do veto que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; MSV/00500/2020, de autoria do Governador do Estado, que dispõe sobre o “**Veto total ao PL/210/20, de autoria dos Deputados Ada De Luca e Julio Garcia, que “Altera a Lei nº 17.842, de 2019, que “Autoriza a doação de imóvel no Município de Içara”, para modificar a sua finalidade**”. Exarou parecer pela rejeição do veto que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0250.6/2020, de autoria da Deputada Marlene Fengler, que “**Dispõe sobre o videomonitoramento de obras públicas custeadas direta ou indiretamente, total ou parcialmente, com recursos da Administração Pública Direta ou**

Indireta do Estado de Santa Catarina e adota outras providências”. Exarou parecer pela admissibilidade que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0231.3/2020, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito, que “**Cria a figura do manual de manutenção com entrega concomitante à inauguração da obra pública e adota outras providências**”. Exarou parecer pela admissibilidade que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0303.2/2020, de autoria do Deputado Coronel Mocellin, que “**Revoga o inciso XVI e o § 5º do art. 3º da Lei 16.773, de 2015, para extinguir a escala de 24 horas de serviço por 48 horas de descanso, aplicada exclusivamente ao Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina**”. Exarou parecer pela admissibilidade que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Dada a palavra ao Deputado Luiz Fernando Vampiro, relatou as seguintes matérias: PL./0003.0/2020, de autoria do Deputado Mauro de Nadal, que “**Altera a Lei nº 6.218, de 1983, que Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências**”. Exarou parecer favorável com aprovação da emenda substitutiva global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0108.1/2020, de autoria do Deputado Del. Ulisses Gabriel, que “**Altera a Lei nº 16.383, de 2014, para fins de assegurar a custódia especial nos casos de recuperação veicular, oriundo de roubo, furto ou apropriação indébita**”. Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Deputado Fabiano da Luz relatou as seguintes matérias: PL./0180.9/2019, de autoria do Deputado Bruno Souza, que “**Define critérios para a concessão de honrarias, comendas, condecorações e homenagens congêneres no âmbito da Administração Pública do Estado de Santa Catarina**”. Exarou parecer favorável com emenda substitutiva global que, posto em discussão e votação, foi concedido vista em gabinete à Deputada Ana Campagnolo; PSA./0009.4/2020, de autoria do Deputado Milton Hobus, que “**Susta a Portaria SEF nº 344, de 2019, da Secretaria de Estado da Fazenda, que Dispõe sobre a base de cálculo do ICMS nas operações com energia elétrica promovida pelo Distribuidor e destinada a pessoa beneficiária de subvenção e sobre a emissão da respectiva nota fiscal**”. (Tramita Conjuntamente o PSA 0011.9/2020). Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Dada a palavra ao Deputado Maurício Eskudlark, relatou as seguintes matérias: PL./0232.4/2020, de autoria do Deputado Felipe Estevão, que “**Dispõe sobre o Auxílio Financeiro Emergencial aos motoristas de transporte escolar, motoristas de transporte escolar auxiliar e monitores do transporte escolar, enquanto perdurar a suspensão das aulas presenciais nas escolas do Estado de Santa Catarina**”. Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0225.5/2020, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, que “**Dispõe sobre a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar pelos estabelecimentos penitenciários do Estado de Santa Catarina**”. Exarou parecer favorável com emenda substitutiva global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0274.3/2020, de autoria do Deputado Sargento Lima, que “**Reconhece os Centros de Educação Infantil, Escolas e Creches Particulares como essenciais para a população, ainda que em estado de calamidade, emergência, epidemia ou pandemia**”. Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0255.0/2020, de autoria do Deputado Volnei Weber, que “**Dispõe sobre a suspensão do prazo de recolhimento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), nos casos que especifica, enquanto vigorar a decretação estadual de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, e adota outras providências**”. Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0270.0/2020, de autoria da Deputada Marlene Fengler, que “**Torna obrigatório o oferecimento de treinamento aos pais e responsáveis de recém-nascidos sobre primeiros socorros em casos de engasgamento, aspiração de corpo estranho e prevenção de morte súbita**”. Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência, o Deputado Romildo Titon, relatou a seguinte matéria: PL./0277.6/2020, de autoria do

Deputado Fernando Krelling, que “**Dispõe sobre o Programa Energia é Saúde e Inclusão Social (PESIS), e adota outras providências**”. Requereu diligência por meio da Secretaria de Estado da Casa Civil com o propósito de trazer aos autos a manifestação da Secretaria de Estado da Fazenda. Posto em discussão e votação o requerimento, foi aprovado por unanimidade. Por fim, o Presidente convocou a próxima reunião para o dia vinte e nove de setembro de dois mil e vinte, no horário de costume, agradeceu a presença dos Deputados Membros e demais presentes, e encerrou esta reunião da qual eu, Lyvia Mendes Corrêa, Secretária de Comissão, lavrei a Ata que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Presidente da Comissão e publicada no Diário da Assembleia. Plenário Deputado Osni Régis, 22 de setembro de 2020.

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA REALIZADA PELO SISTEMA SDD

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte, às dez horas, em cumprimento aos artigos 133 e 135 do Regimento Interno, reuniram-se pelo sistema de videoconferência, sob a Presidência do Senhor Deputado Romildo Titon, os membros da Comissão: Deputado Fabiano da Luz, Deputado Maurício Eskudlark, Deputado Kennedy Nunes, Deputado Ivan Naatz, Deputado João Amin, Deputado Luiz Fernando Vampiro, Deputada Ana Campagnolo e Deputada Paulinha. Havendo quórum regimental, o Presidente iniciou a reunião submetendo à apreciação a Ata da 27ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida, passou a palavra aos membros, obedecendo à ordem de envio das matérias para a pauta. Dando início à Ordem do Dia, o Presidente passou a palavra ao Deputado João Amin que relatou as seguintes matérias: PL./0273.2/2020, de autoria do Deputado Altair Silva, que “**Dispõe sobre o parcelamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), nas condições que especifica**”. Exarou parecer pela admissibilidade que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Ivan Naatz; PL./0305.4/2020, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, que “**Altera a Lei nº 17.292, de 2017, que Consolida a legislação que dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência, para restabelecer à pessoa com deficiência o benefício da gratuidade do transporte fluvial, lacustre ou marítimo, como balsa, “ferry boat”, canoa ou similar, de propriedade do Estado, dos Municípios ou privada, que funcione por concessão e com fiscalização do Poder Público, e adota outras providências**”. Exarou parecer pela admissibilidade que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Passada a palavra ao Deputado Fabiano da Luz que relatou as seguintes matérias: Devolução de vista sem manifestação ao PL./0506.0/2011, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que “**Institui o Programa de Reuso Racional de Águas e adota outras providências**”. Dentro deste projeto foi apensado o PL./0173.0/2013. Posto em votação o parecer contrário exarado pelo relator, Deputado Silvío Dreveck, foi aprovado por unanimidade; Devolução de vista sem manifestação ao PL./0054.4/2013, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que “**Dispõe sobre a adoção de formatos abertos de arquivos para a criação, armazenamento e disponibilização digital de documentos no âmbito dos Poderes públicos e entidades a eles ligadas**”. Posto em votação o parecer contrário exarado pelo relator, Deputado Silvío Dreveck, foi aprovado por unanimidade; Devolução de vista ao PL./0074.8/2019, de autoria da Deputada Ana Campagnolo, que “**Proíbe o vilipêndio de dogmas e crenças relativas à religião cristã sob forma de sátira, ridicularização e menosprezo no âmbito do Estado de Santa Catarina**”. Posto em votação o parecer favorável com aprovação da emenda substitutiva global exarada pela relatora, Deputada Paulinha, foi aprovado por unanimidade; Devolução de vista sem manifestação ao PL./0096.3/2020, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que “**Dispõe sobre a prorrogação dos**

prazos de pagamento das linhas de crédito da Agência de Fomento de Santa Catarina S.A. (BADESC), no atendimento aos Municípios catarinenses em decorrência da pandemia do coronavírus (COVID-19)". Dentro deste projeto foi apensado o PL./0102.6/2020. Posto em votação o parecer contrário exarado pelo relator, Deputado Luiz Fernando Vampiro, foi aprovado por unanimidade; PL./0282.3/2020, de autoria do Governo do Estado, que "Institui o Dia Estadual do Bombeiro Militar Veterano". Exarou parecer pela admissibilidade que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0288.9/2020, de autoria do Deputado Neodi Saretta, que "Denomina Angelo Raimundo Parisotto o Contorno Viário de Jaborá, km inicial 0,00 (entroncamento SC-355) - km final 2,623 (entroncamento acesso a Jaborá)". Exarou parecer pela admissibilidade que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PSA/0002.8/2020, de autoria do Deputado Jessé Lopes, que "Susta o Decreto nº 525, de 23 de março de 2020, do Poder Executivo Estadual". Exarou parecer contrário que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete à Deputada Ana Campagnolo. Em seguida, a Deputada Ana Campagnolo que relatou as seguintes matérias: PL./0307.6/2020, de autoria do Deputado Felipe Estevão, que "Institui o Programa Geral de Saúde Mental das Polícias do Estado de Santa Catarina, a indenização em decorrência de suicídio de policial e adota outras providências.". Requereu diligência à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social; à Secretaria de Estado da Segurança Pública e à Secretaria de Estado da Saúde. Posto em discussão e votação o requerimento, foi aprovado por unanimidade; PL./0291.4/2020, de autoria do Deputado Bruno Souza, que "Altera a Lei nº 6.320, de 1983, para estabelecer medidas de regularização sanitária de alimentos e adota outras providências.". Requereu diligência à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social; à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável e à Secretaria de Estado da Saúde, e, por meio desta, à Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina. Posto em discussão e votação o requerimento, foi aprovado por unanimidade; PL./0287.8/2020, de autoria do Deputado Marcius Machado, que "Altera a Lei nº 12.854, de 2003, que "Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais", para proibir que animais apreendidos, pela autoridade competente, em razão de maus-tratos ou de zoonose, sejam devolvidos aos seus tutores.". Requereu diligência à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social; à Secretaria de Estado da Segurança Pública à Procuradoria-Geral do Estado; ao Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina; ao Conselho Estadual do Meio Ambiente de Santa Catarina e ao Conselho Regional de Medicina Veterinária. Posto em discussão e votação o requerimento, foi aprovado por unanimidade; PL./0227.7/2020, de autoria do Deputado Bruno Souza, que "Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.136, de 2004, permitindo a autodeclaração para isenção de Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD)". Exarou parecer favorável com aprovação da emenda substitutiva global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Dada a palavra ao Deputado Luiz Fernando Vampiro, relatou as seguintes matérias: PL./0285.6/2020, de autoria do Deputado Fernando Krelling, que "Dispõe sobre a denominação de Delegacias de Polícia Civil.". Exarou parecer pela admissibilidade que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0292.5/2020, de autoria da Deputada Paulinha, que "Dispõe sobre procedimentos a serem adotados no ato da matrícula dos alunos da rede pública estadual de ensino e adota outras providências.". Requereu diligência à Secretaria do Estado da Educação. Posto em discussão e votação o requerimento, foi aprovado por unanimidade; MSV/00514/2020, de autoria do Governo do Estado, que "Veto Parcial ao PL/0140/20, de autoria do Governador do Estado, que Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2021 e estabelece outras providências.". Exarou parecer pela rejeição do veto que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete à Deputada Paulinha. Em seguida, passada a

palavra ao Deputado Maurício Eskudlark, relatou as seguintes matérias: PL./0250.6/2018, de autoria da Deputada Ada Faraco de Luca, que "Institui a política estadual de estímulo, incentivo e promoção ao desenvolvimento de "startups" no Estado de Santa Catarina.". Exarou parecer pela admissibilidade que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0297.0/2020, de autoria da Deputada Paulinha, que "Considera atividade essencial os serviços credenciados juntamente ao DETRAN/SC e adota outras providências.". Exarou parecer pela admissibilidade que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Deputado Ivan Naatz relatou as seguintes matérias: PL./0280.1/2020, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, que "Dispõe sobre a disponibilização de exames sorológicos, para detecção da Covid-19, aos doadores que contribuirão com os bancos de sangue mantidos por órgão estatal, paraestatal ou por entidade com a qual o Estado de Santa Catarina celebre convênio com esse fim.". Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0214.2/2020, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, que "Dispõe, para fins de incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) relativos a operações com cartões de crédito e débito, sobre o local de prestação do serviço, no âmbito do Estado de Santa Catarina.". Exarou parecer contrário que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Deputado Kennedy Nunes relatou as seguintes matérias: Devolução de vista sem manifestação ao PL./ 0170.7/2020, de autoria da Deputada Paulinha, que "Altera a Lei nº 16.771, de 2015, que "Estabelece a gratuidade, na travessia por"ferries" e balsas, para as ambulâncias do SAMU, dos Bombeiros e outros veículos das unidades de saúde pública destinados ao transporte de pacientes", para estender o benefício aos veículos de passeio, próprios ou de terceiros, utilizados no deslocamento de pacientes sob tratamento dialítico e/ou quimioterápico.". Posto em votação o parecer favorável exarado pelo relator, Deputado Luiz Fernando Vampiro, foi aprovado por maioria, com votos contrários do Deputado Ivan Naatz e Deputada Ana Campagnolo; PSA/0016.3/2020 de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que "Ficam sustadas as multas e outras penalidades aplicadas aos veículos que emitidas que tenham sido aplicadas por causa de participação em evento/carreata no dia 4 de agosto de 2020, no Município de Lages.". Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência, o Deputado Romildo Titon, relatou a seguinte matéria: OF./0682.0/2019, de autoria de Entidade Social, que "Solicita a alteração da Lei que declara de utilidade pública a Federação Catarinense de Desportos Universitários". Requereu nova diligência à referida entidade para sanar as irregularidades. Posto em discussão e votação o requerimento, foi aprovado por unanimidade. Por fim, o Presidente convocou a próxima reunião para o dia seis de outubro de dois mil e vinte, no horário de costume, agradeceu a presença dos Deputados Membros e demais presentes, e encerrou esta reunião da qual eu, Lyvia Mendes Corrêa, Secretária de Comissão, lavrei a Ata que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Presidente da Comissão e publicada no Diário da Assembleia.

Plenário Deputado Osni Régis, 29 de setembro de 2020.

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

EXTRATOS

EXTRATO Nº 080/2020

REFERENTE: 2º Termo Aditivo celebrado em 14/10/2020, referente ao Contrato CL nº 058/2019-00, celebrado em 05/12/2019, cujo objeto é o fornecimento de Leite integral.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: IMPERATRIZ COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA

CNPJ: 14.546.646/0001-83

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem como finalidade conceder o reequilíbrio econômico financeiro ao Contrato nº 058/2019 em face da solicitação da contratada que apresentou a documentação comprobatória.

VALOR UNITÁRIO/LITRO: Passa de R\$ 2,53 para R\$ 3,83, representando um acréscimo de R\$ 1,30.

VALOR/LIMITE OPERACIONAL ANO: Passa de R\$ 63.250,00 para R\$ 95.750,00.

VIGÊNCIA: com efeitos financeiros a contar de 03/09/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "d", da Lei n.º 8.666/93; Item 3.4 do contrato original e item 15.2 do edital de Pregão 026/2019; Atos a Mesa nº 131/2016, nº 101/2017 e nº 149/2020; Autorização Administrativa através do Despacho exarado, nos autos, pela Diretoria-Geral (fl. 26).

Florianópolis/SC, 23 de Outubro de 2020

Maria Natel Scheffer Lorenz- Diretora- Geral

Pedro Antônio Cherem Filho- Diretor Administrativo

Sr. Juliano Jairo Melo- Sócio Administrador

_____ * * * _____

EXTRATO Nº 081/2020

REFERENTE: Contrato CL nº 023/2020-00, celebrado em 14/10/2020.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: Cristiane Dalmolin Dal Toe Cechinel Me

CNPJ: 11.546.873/0001-10

OBJETO: Aquisição, incluída a respectiva instalação, de 03 (três) módulos com 10kVA de potência para nobreak marca WEG (ou similar), modelo ETP+ 40/50 kVA (números de série 0134680001 e 0134680002).

VIGÊNCIA: 14/10/2020 à 13/10/2021.

VALOR UNITÁRIO: R\$ 15.700,00

VALOR GLOBAL: R\$ 47.100,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações, que regulamenta o art. 37, inciso XXI da CF de 1988; Lei nº 10.520, de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006; Atos da Mesa nºs 101, de 14 de fevereiro de 2017, e 149, de 30 de abril de 2020; Autorização para Processo Licitatório nº 014/2020, partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem e; Edital de Pregão Presencial nº 008/2020.

Florianópolis/SC, 23 de Outubro de 2020

Maria Natel Scheffer Lorenz- Diretora- Geral

Pedro Antônio Cherem Filho- Diretor Administrativo

Marcelo Mariotto Cechinel- Procurador

_____ * * * _____

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 0340.7/2020

Dispõe sobre a internalização de Convênios ICMS firmados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) e a margem de valor Agregado (MVA), bem como adota outras providências.

Art. 1º A instituição de incentivos fiscais ou financeiros em matéria de ICMS deve se dar por lei, inclusive no que se refere à internalização de Convênios ICMS firmados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), sendo vedada a edição de atos normativos infralegais para essa finalidade.

Art. 2º Apenas lei poderá indicar as mercadorias que serão submetidas ao regime de substituição tributária.

Art. 3º Caberá ao Chefe do Poder Executivo fixar as margens de valor agregado (MVA) das mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária com base nos parâmetros estabelecidos no art. 41 da Lei estadual nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996.

Art. 4º O Poder Executivo deverá enviar a metodologia e os critérios utilizados para a definição das margens de valor agregado (MVA) à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) para ciência e discussão em audiência pública, com a participação dos setores interessados, a ser realizada em até 30 (trinta) dias a contar da data de recebimento da metodologia.

Parágrafo único. Após a realização da audiência pública, o Poder Executivo deverá editar Decreto fixando as margens de valor agregado, considerando as avaliações técnicas apresentadas na audiência pública a que se refere o caput.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Marcos Vieira

Lido no Expediente

Sessão de 22/10/20

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta tem como objetivo determinar que os Termos de Convênio ICMS, firmados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), sejam submetidos à análise e aprovação do Parlamento Catarinense, por intermédio do envio de projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visando internalizá-los na legislação estadual.

No contexto constitucional vigente, desde o advento da Emenda Constitucional federal nº 03, de 17 de março de 1993, não se admite que um convênio seja incorporado à legislação interna por decreto do Poder Executivo, tendo em vista que, em se tratando de qualquer benefício fiscal autorizado por convênio celebrado entre os Estados e o Distrito Federal, deve-se promover a sua integralização por lei específica aprovada no Poder Legislativo.

Nesse sentido, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal reconhece a necessidade de lei ordinária do Ente signatário para dar plena aplicabilidade ao disposto em Convênios firmados no âmbito do CONFAZ, merecendo destaque, nessa perspectiva, o voto-vista proferido pelo Ministro Joaquim Barbosa assentando "que a simples existência do convênio é insuficiente para a concessão do benefício" (RE 539.130, DJ de 5/2/2010).

Ao CONFAZ, que é formado pelos Secretários de Fazenda dos Estados, sob a direção do Ministro da Fazenda, compete, especialmente, promover a celebração de convênios, para efeito de concessão ou revogação de isenções, incentivos e benefícios fiscais do ICMS, de acordo com o previsto no § 2º, inciso XII, alínea "g", do art. 155 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, visando evitar a desorganização tributária, que passa necessariamente por um processo de isenções fiscais.

É sabido que os Estados e o Distrito Federal se reúnem para aquiescer ou rejeitar a proposta para a concessão dos benefícios fiscais e, em havendo consenso no âmbito do CONFAZ, cada Estado ratifica, internamente, o acordado, que deverá ser enviado à Casa Legislativa, por meio de projeto de lei para promover a internalização dos termos do Convênio.

De outro norte, a presente proposta legislativa visa determinar que somente lei possa indicar as mercadorias que serão submetidas ao regime de substituição tributária, cuja base para o cálculo do imposto em relação às operações ou prestações subsequentes, conterà no seu somatório a margem de valor agregado (MVA).

Segundo o § 3º do art. 41 da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996, a referida MVA será estabelecida com base nos preços usualmente praticados no mercado considerado, obtidos por levantamento, ainda que por amostragem ou por meio de informações e outros elementos fornecidos por entidades

representativas dos respectivos setores, adotando-se a média ponderada dos preços coletados, observados, entre outros, o critério de que o setor interessado deverá ser ouvido acerca da metodologia utilizada.

Nesse sentido, dentro do contexto da democracia representativa, é importante que, além dos setores envolvidos diretamente com as operações e prestações subsequentes, o Parlamento tenha ciência e oportunidade de discutir, em audiência pública, a respeito da metodologia e os critérios para a definição das margens de valor agregado (MVA).

Importante consignar, que tais comandos já vêm sendo implementados, como no estado do Rio de Janeiro, em que está tramitando o projeto de Lei 2707/2020 e a lei nº 8.926 de 08 de julho de 2020, referente ao valor agregado.

Por fim, julgo que a proposta ora apresentada é de extrema importância e, portanto, conto com o apoio dos demais Parlamentares para sua aprovação.

Sala das Sessões,

Deputado Marcos Vieira

_____ * * * _____

PROJETO DE LEI Nº 0341.8/2020

Altera o art. 5º da Lei nº 9.748, de 30 de novembro de 1994, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências.

Art. 1º Fica alterado o art. 5º da Lei nº 9.748, de 30 de novembro de 1994, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º São dispensados da outorga os usos de recursos hídricos de caráter individual para satisfação das necessidades básicas da vida e os usos de recursos hídricos para satisfação das necessidades das pequenas propriedades rurais, nos termos da Lei nº 8.629, de 23 de fevereiro de 1993.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

JERRY COMPER

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 22/10/20

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei pretende dispensar de pagamento da outorga pelo uso de recursos hídricos a pequena propriedade rural.

A pequena propriedade rural precisa ser incentivada porque esta taxa onera, ao final, a propriedade agrícola que vai para mesa do catarinense, e esta taxa paga pelo pequeno produtor representa pouca arrecadação para o Estado.

Além do que é o pequeno produtor que protege as nascentes e mananciais de águas que nasce em sua propriedade, sem que nada receba por isso.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres colegas para aprovação do projeto de lei.

Sala das Sessões,

JERRY COMPER

Deputado Estadual

_____ * * * _____

PROJETO DE LEI Nº 0342.9/2020

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 548

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE,
SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da

Fazenda, o projeto de lei que “Autoriza o Poder Executivo a formalizar aditivo ao Contrato de Refinanciamento de Dívidas nº 12/98/STN/COAFI, firmado com a União com base na Lei federal nº 9.496, de 1997, e na Medida Provisória federal nº 2.192-70, de 2001, para estabelecimento das alterações autorizadas pela Lei Complementar federal nº 173, de 2020”.

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do presente projeto de lei nessa augusta Casa Legislativa.

Florianópolis, 19 de outubro de 2020.

CARLOS MOISÉS DA SILVA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 22/10/20

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEF

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM SEF Nº 275/2020

Florianópolis, 09 de outubro de 2020.

Excelentíssimo Senhor

CARLOS MOISÉS DA SILVA

Governador do Estado de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Senhor Governador,

Submeto à superior consideração de Vossa Excelência minuta de Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a celebrar termo aditivo ao Contrato de Refinanciamento de Dívidas nº 12/98/STN/COAFI, firmado entre Estado de Santa Catarina (ESC) e a União, nos termos da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020 e dá outras providências”.

Diante do atual cenário de pandemia e de contágio comunitário nacional do COVID-19, a União editou a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que “Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2020, e dá outras providências”.

Neste programa, a União autorizou a suspensão das dívidas contratadas com amparo na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e também a reestruturação de operações de crédito interno e externo junto ao sistema financeiro e instituições multilaterais e ainda previu a entrega de recursos da União, na forma de auxílio financeiro, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2020, e em ações de enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).

Em março de 1997, o Estado assinou com a União o Contrato de Refinanciamento de Dívidas nº 12/98/STN/COAFI, com base na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997. A Secretaria do Tesouro nacional, por intermédio do Banco do Brasil S.A., na qualidade de agente financeiro da União, encaminhou a minuta de lei para que o Estado aprove junto à Assembleia Legislativa e assim seja apto à assinatura do termo aditivo para adequar o contrato à Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020.

Os efeitos financeiros do aditivo a ser firmado, confirmam a suspensão de pagamentos no exercício de 2020, sendo que, até 31 de setembro de 2020, a soma dos valores nominais suspensos acumula o montante de R\$ 339.236.497,26 (trezentos e trinta e nove milhões, duzentos e trinta e seis mil, quatrocentos e noventa e sete reais e vinte e seis centavos). Esse montante, somado ao valor previsto das parcelas de outubro, novembro e dezembro no valor total de R\$ 144.898.768,56 (cento e quarenta e quatro milhões, oitocentos e noventa e oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), alcançará a cifra de R\$ 484.135.265,82 (quatrocentos e oitenta e quatro milhões, cento e trinta e cinco mil, duzentos e sessenta e cinco reais e oitenta e

dois centavos), o que demonstra a urgência para a aprovação desse Projeto de Lei, destacando que o Banco do Brasil S.A. alertou sobre o prazo para se firmar o aditivo, qual seja, 31 de dezembro de 2020.

São estas, Senhor Governador, as razões que nos levam a propor a Vossa Excelência a edição de Projeto de Lei na forma apresentada na minuta anexa.

Respeitosamente,

(documento assinado digitalmente)

Paulo Eli

Secretário de Estado da Fazenda

PROJETO DE LEI Nº 0342.9/2020

Autoriza o Poder Executivo a formalizar aditivo ao Contrato de Refinanciamento de Dívidas nº 12/98/STN/COAFI, firmado com a União com base na Lei federal nº 9.496, de 1997, e na Medida Provisória federal nº 2.192-70, de 2001, para estabelecimento das alterações autorizadas pela Lei Complementar federal nº 173, de 2020.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a formalizar aditivo ao Contrato de Refinanciamento de Dívidas nº 12/98/STN/COAFI, firmado com a União com base na Lei federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e na Medida Provisória federal nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, nos termos da Lei nº 10.542, de 30 de setembro de 1997.

Art. 2º O aditivo de que trata esta Lei será formalizado mediante observância dos termos e das condições estabelecidos pela Lei Complementar federal nº 173, de 27 de maio de 2020.

Art. 3º Permanecem vinculadas ao refinanciamento de que trata esta Lei, em caráter irrevogável e irretratável, em garantia das obrigações assumidas no contrato aditado, as receitas de que tratam os arts. 155, 157 e 159, inciso I, alínea "a", e inciso II, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição da República, e a Lei Complementar federal nº 87, de 13 de setembro de 1996.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

CARLOS MOISÉS DA SILVA

Governador do Estado

TRIBUNAL ESPECIAL DE
JULGAMENTO

CERTIDÃO

Assunto: Discussão e votação do parecer do relator do Processo de Impeachment n. 00754 (Representação n. 0001.5/2020)

Certifico que entre os dias vinte e três e vinte e quatro do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, o Tribunal Especial de Julgamento de que trata a Lei n. 1.079, de 10 de abril de 1950, formado para o julgamento do Governador do Estado de Santa Catarina, Carlos Moisés da Silva, e da Vice-Governadora do Estado de Santa Catarina, Daniela Cristina Reinehr, pela suposta prática dos crimes de responsabilidade que são objeto do Processo de Impeachment n. 00754 (Representação n. 0001.5/2020), ao apreciar o parecer do relator, Deputado Kennedy Nunes, decidiu, por maioria de votos, acolher a denúncia e submeter o Representado Carlos Moisés da Silva ao processo de impeachment. Votaram neste sentido o Excelentíssimo Deputado Kennedy Nunes – Relator, o Excelentíssimo Deputado Maurício Eskudlark, o

Excelentíssimo Deputado Sargento Lima, o Excelentíssimo Deputado Luiz Fernando Vampiro, o Excelentíssimo Desembargador Luiz Felipe Siegert Schuch e o Excelentíssimo Deputado Laércio Schuster. Vencidos o Excelentíssimo Desembargador Carlos Alberto Civinski, o Excelentíssimo Desembargador Sérgio Antônio Rizelo, a Excelentíssima Desembargadora Cláudia Lambert de Faria e o Excelentíssimo Desembargador Rubens Schulz, que votaram pela rejeição da denúncia e pelo arquivamento do pedido na forma do art. 48 da Lei n. 1.079/1950 em relação ao Representado Carlos Moisés da Silva.

Decidiu, ainda, por maioria de votos, rejeitar a denúncia e arquivar o pedido na forma do art. 48 da Lei n. 1.079/1950 em relação à Representada Daniela Cristina Reinerh. Votaram neste sentido o Excelentíssimo Desembargador Carlos Alberto Civinski, o Excelentíssimo Desembargador Sérgio Antônio Rizelo, a Excelentíssima Desembargadora Cláudia Lambert de Faria, o Excelentíssimo Deputado Sargento Lima, o Excelentíssimo Desembargador Rubens Schulz e o Excelentíssimo Desembargador Ricardo José Roesler - Presidente. Vencidos o Excelentíssimo Deputado Kennedy Nunes – Relator, o Excelentíssimo Deputado Maurício Eskudlark, o Excelentíssimo Deputado Luiz Fernando Vampiro, o Excelentíssimo Desembargador Luiz Felipe Siegert Schuch e o Excelentíssimo Deputado Laércio Schuster, que votaram pelo acolhimento da denúncia e pela submissão da Representada Daniela Cristina Reinerh ao processo de impeachment.

Como consequência, conforme dispõe o art. 57 da Lei n. 1.079/1950, o Representado Carlos Moisés da Silva passa à condição de denunciado e, a partir de terça-feira, dia 27 de outubro de 2020, fica suspenso do exercício das funções de Governador do Estado de Santa Catarina até sentença final, com redução de 1/3 (um terço) dos vencimentos, pelo prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias (art. 82 da Lei n. 1.079/1950). Nesse período a chefia do Poder Executivo será exercida interinamente pela Vice-Governadora do Estado de Santa Catarina, Senhora Daniela Cristina Reinerh.

Tomaram parte na decisão o Excelentíssimo Desembargador Ricardo Roesler – Presidente do Tribunal de Julgamento, o Excelentíssimo Desembargador Carlos Alberto Civinski, o Excelentíssimo Deputado Kennedy Nunes, o Excelentíssimo Desembargador Sérgio Antônio Rizelo, o Excelentíssimo Deputado Maurício Eskudlark, a Excelentíssima Desembargadora Cláudia Lambert de Faria, o Excelentíssimo Deputado Sargento Lima, o Excelentíssimo Desembargador Rubens Schulz, o Excelentíssimo Deputado Luiz Fernando Vampiro, o Excelentíssimo Desembargador Luiz Felipe Siegert Schuch e o Excelentíssimo Deputado Laércio Schuster.

A relatoria, para a lavratura do acórdão, permanece com o Excelentíssimo Deputado Kennedy Nunes.

Proferiram sustentação oral, pelo Denunciante Ralf Guimarães Zimmer Junior, o Advogado Péricles Prade, OAB/SC 6.840, pelo Representado Carlos Moisés da Silva, o Advogado Marcos Fey Probst, OAB/SC n. 20.781, e pela Representada Daniela Cristina Reinehr, a Advogada Ana Cristina Ferro Blasi, OAB/SC n. 8.088. Os referidos advogados foram intimados, em sessão, da íntegra da decisão registrada nesta certidão.

A sessão foi pública, transmitida pela internet e pela TVAL.

Para constar, lavro a presente certidão e dou fé.

Florianópolis, 24 de outubro de 2020.

Ane Caroline Scheffer

Secretária do Tribunal de Julgamento do Processo de Impeachment n. 00754 (Representação n. 0001.5/2020)
